

ANEXO 3B – CRITÉRIOS PROPOSTA TÉCNICA (PMO)

PROCEDIMENTO SELETIVO PARA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO

Contratação de Serviços Técnicos Especializados para a estruturação de projeto de Parceria Público-Privada (PPP) de Trechos Rodoviários no Estado da Bahia.

ANEXO 3B – CRITÉRIOS PROPOSTA TÉCNICA (PMO)

1. Pontuação Proposta Técnica

1.1. A Proposta Técnica será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação da Proposta Técnica	Pontos
A) Experiência da Empresa/Profissional em Gerenciamento de Projeto (PMO)	Até 50
B) Experiência da Empresa/Profissional em Modelagem Econômico-Financeira	Até 50
C) Experiência da Empresa/Profissional em Modelagem Jurídica	Até 50
D) Experiência da Empresa/Profissional em Modelagem Técnica	Até 50
E) Plano de Trabalho	Até 200
F) Apresentação Técnica	Até 200
TOTAL	Até 600

2. CRITÉRIO A

2.1. Podem ser apresentados até 5 (cinco) experiências da Empresa ou de Profissional, vinculado à Empresa, em Gerenciamento de Projeto (PMO) de projeto de Concessão.

2.2. A pontuação será limitada a 10 (dez) pontos por experiência, para uma pontuação total limitada a 50 (cinquenta) pontos para este Critério.

2.3. Critérios gerais para cada experiência:

- i. Poderão ser relacionados neste item atuações da Empresa individualmente ou em consórcio que demonstrem a experiência da consultoria em gerenciamento de projeto (PMO) de projeto de Concessão;
- ii. Para experiências de profissionais, deve ser apresentado o vínculo vigente junto à Empresa mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços, quando da execução das atividades. Na etapa de apresentação da proposta para a RFP deve ser apresentado, minimamente, carta de intenção de contratação;
- iii. O Profissional, para o qual as experiências foram apresentadas, deve efetivamente atuar no Projeto, caso a Empresa seja contratada, participando ativamente nas reuniões estratégicas do Projeto, discussões e decisões sobre caminhos críticos, revisão de todos os Produtos entregues pela Empresa, entre outras atividades;
- iv. Não serão aceitas experiências que não sejam de um novo projeto de Concessão, como, por exemplo, revisões de estudos, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, verificação independente, assessoria na licitação, entre outros;

- v. A experiência deve ter chegado, no mínimo, à publicação da Consulta Pública.
- vi. No caso de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), não serão aceitas experiências com estudos em andamento ou não aproveitados sendo necessário, no mínimo, que os estudos tenham sido utilizados em edital de licitação publicado da Concessão;
- vii. O valor do investimento pode ser corrigido pelo IPCA entre o mês da data de publicação do Edital (ou Consulta Pública) e março/2026.

2.4. Critérios para pontuação de cada experiência, sendo que para cada Tema a experiência recebe apenas a pontuação de maior valor, não se tratando de uma pontuação cumulativa para um mesmo Tema:

Tema	Faixa	Pontuação
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) acima de R\$ 1,5 bilhões	2,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) superior a R\$ 500 milhões até R\$ 1,5 bilhões	1,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) inferior a R\$ 500 milhões	0,0
Modalidade	PPP (Parceria Público-Privada)	1,0
Modalidade	Concessão Comum	0,0
Setor	Rodovias	3,0
Setor	Transporte/Mobilidade (exceto Rodovias)	1,5
Setor	Outros	0,0
Estágio	Contrato Assinado	3,0
Estágio	Leilão Realizado	2,5
Estágio	Edital Publicado	2,0
Estágio	Consulta Pública	1,0
Local	Nacional (Brasil)	1,0
Local	Internacional	0,0

3. CRITÉRIO B

3.1. Podem ser apresentados até 5 (cinco) experiências da Empresa ou de Profissional, vinculado à Empresa, em Modelagem Econômico-Financeira de projeto de Concessão.

3.2. A pontuação será limitada a 10 (dez) pontos por experiência, para uma pontuação total limitada a 50 (cinquenta) pontos para este Critério.

3.3. Critérios gerais para cada experiência:

- i. Poderão ser relacionados neste item atuações da Empresa individualmente ou em consórcio que demonstrem a experiência da consultoria em modelagem econômico-financeira de projeto de Concessão;
- ii. Para experiências de profissionais, deve ser apresentado o vínculo vigente junto à Empresa mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços, quando da execução das atividades. Na etapa de apresentação da proposta para a RFP deve ser apresentado, minimamente, carta de intenção de contratação;
- iii. O Profissional, para o qual as experiências foram apresentadas, deve efetivamente atuar no Projeto, caso a Empresa seja contratada, participando ativamente nas reuniões estratégicas do Projeto, discussões e decisões sobre caminhos críticos, revisão de todos os Produtos entregues pela Empresa, entre outras atividades;
- iv. Não serão aceitas experiências que não sejam de um novo projeto de Concessão, como, por exemplo, revisões de estudos, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, verificação independente, assessoria na licitação, entre outros;
- v. A experiência deve ter chegado, no mínimo, à publicação da Consulta Pública.
- vi. No caso de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), não serão aceitas experiências com estudos em andamento ou não aproveitados sendo necessário, no mínimo, que os estudos tenham sido utilizados em edital de licitação publicado da Concessão;
- vii. O valor do investimento pode ser corrigido pelo IPCA entre o mês da data de publicação do Edital (ou Consulta Pública) e março/2026.

3.4. Critérios para pontuação de cada experiência, sendo que para cada Tema a experiência recebe apenas a pontuação de maior valor, não se tratando de uma pontuação cumulativa para um mesmo Tema:

Tema	Faixa	Pontuação
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) acima de R\$ 1,5 bilhões	2,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) superior a R\$ 500 milhões até R\$ 1,5 bilhões	1,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) inferior a R\$ 500 milhões	0,0
Modalidade	PPP (Parceria Público-Privada)	1,0
Modalidade	Concessão Comum	0,0
Setor	Rodovias	3,0
Setor	Transporte/Mobilidade (exceto Rodovias)	1,5

Tema	Faixa	Pontuação
Setor	Outros	0,0
Estágio	Contrato Assinado	3,0
Estágio	Leilão Realizado	2,5
Estágio	Editais Publicados	2,0
Estágio	Consulta Pública	1,0
Local	Nacional (Brasil)	1,0
Local	Internacional	0,0

4. CRITÉRIO C

4.1. Podem ser apresentados até 5 (cinco) experiências da Empresa ou de Profissional, vinculado à Empresa, em Modelagem Jurídica de projeto de Concessão no Brasil.

4.2. A pontuação será limitada a 10 (dez) pontos por experiência, para uma pontuação total limitada a 50 (cinquenta) pontos para este Critério.

4.3. Critérios gerais para cada experiência:

- i. Poderão ser relacionados neste item atuações da Empresa individualmente ou em consórcio que demonstrem a experiência da consultoria em modelagem jurídica de projeto de Concessão;
- ii. Para experiências de profissionais, deve ser apresentado o vínculo vigente junto à Empresa mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços, quando da execução das atividades. Na etapa de apresentação da proposta para a RFP deve ser apresentado, minimamente, carta de intenção de contratação;
- iii. O Profissional, para o qual as experiências foram apresentadas, deve efetivamente atuar no Projeto, caso a Empresa seja contratada, participando ativamente nas reuniões estratégicas do Projeto, discussões e decisões sobre caminhos críticos, revisão de todos os Produtos entregues pela Empresa, entre outras atividades;
- iv. Não serão aceitas experiências que não sejam de um novo projeto de Concessão, como, por exemplo, revisões de estudos, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, verificação independente, assessoria na licitação, entre outros;
- v. A experiência deve ter chegado, no mínimo, à publicação da Consulta Pública.
- vi. No caso de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), não serão aceitas experiências com estudos em andamento ou não aproveitados sendo necessário, no mínimo, que os estudos tenham sido utilizados em edital de licitação publicado da Concessão;

- vii. O valor do investimento pode ser corrigido pelo IPCA entre o mês da data de publicação do Edital (ou Consulta Pública) e março/2026.

4.4. Critérios para pontuação de cada experiência, sendo que para cada Tema a experiência recebe apenas a pontuação de maior valor, não se tratando de uma pontuação cumulativa para um mesmo Tema:

Tema	Faixa	Pontuação
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) acima de R\$ 1,5 bilhões	2,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) superior a R\$ 500 milhões até R\$ 1,5 bilhões	1,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) inferior a R\$ 500 milhões	0,0
Modalidade	PPP (Parceria Público-Privada)	1,0
Modalidade	Concessão Comum	0,0
Setor	Rodovias	4,0
Setor	Transporte/Mobilidade (exceto Rodovias)	2,0
Setor	Outros	0,0
Estágio	Contrato Assinado	3,0
Estágio	Leilão Realizado	2,5
Estágio	Edital Publicado	2,0
Estágio	Consulta Pública	1,0

5. CRITÉRIO D

5.1. Podem ser apresentados até 5 (cinco) experiências da Empresa ou de Profissional, vinculado à Empresa, em Modelagem Técnica, referente à elaboração de projeto de engenharia, no setor de rodovias.

5.2. A pontuação será limitada a 10 (dez) pontos por experiência, para uma pontuação total limitada a 50 (cinquenta) pontos para este Critério.

5.3. Critérios gerais para cada experiência:

- Poderão ser relacionados neste item atuações da Empresa individualmente ou em consórcio que demonstrem a experiência da consultoria em modelagem técnica;
- Podem ser apresentadas experiências de diferentes Profissionais da Empresa, limitado a até 2 (dois) Profissionais. Não pode ser utilizada a mesma experiência e/ou projeto para diferentes profissionais neste mesmo Critério;
- Para experiências de profissionais, deve ser apresentado o vínculo vigente junto

à Empresa mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços, quando da execução das atividades. Na etapa de apresentação da proposta para a RFP deve ser apresentado, minimamente, carta de intenção de contratação;

- iv. O(s) Profissional(is), para o qual as experiências foram apresentadas, deve(m) efetivamente atuar no Projeto, caso a Empresa seja contratada, participando ativamente nas reuniões estratégicas do Projeto, discussões e decisões sobre caminhos críticos, revisão de todos os Produtos entregues pela Empresa, entre outras atividades;
- v. Não serão aceitas experiências com estudos em andamento ou não aproveitados no caso de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), sendo necessário, no mínimo, que os estudos tenham sido utilizados em edital de licitação publicado da Concessão;
- vi. O valor do investimento pode ser corrigido pelo IPCA entre o mês da data de elaboração dos estudos e março/2026.

5.4. Critérios para pontuação de cada experiência, sendo que para cada Tema a experiência recebe apenas a pontuação de maior valor, não se tratando de uma pontuação cumulativa para um mesmo Tema:

Tema	Faixa	Pontuação
Projeto	Estudos para estruturação de projeto de Concessão	2,0
Projeto	Outros (exemplo: projeto conceitual, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo de engenharia)	0,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) acima de R\$ 1,5 bilhões	2,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) superior a R\$ 500 milhões até R\$ 1,5 bilhões	1,0
Porte (CAPEX)	Valor de investimento (CAPEX) inferior a R\$ 500 milhões	0,0
Quilometragem (km)	Elaboração de projeto de engenharia no setor de rodovias, com extensão superior a 1.000 km	2,0
Quilometragem (km)	Elaboração de projeto de engenharia no setor de rodovias, com extensão entre 250 km e 1.000 km	1,0
Quilometragem (km)	Elaboração de projeto de engenharia no setor de rodovias, com extensão abaixo de 250 km	0,0
Escopo (Trabalho de campo)	Realizou levantamento de campo (cadastro da malha e demanda)	2,0

Tema	Faixa	Pontuação
Escopo (Trabalho de campo)	Realizou levantamento de campo (cadastro da malha ou demanda)	1,0
Escopo (Trabalho de campo)	Não realizou levantamento em campo (cadastro da malha ou demanda)	0,0
Modelo operacional	Escopo contemplou elaboração integral do modelo operacional (todos os itens entre: Centro de Controle Operacional, Sistema de Gerenciamento Operacional, segurança viária, tráfego, atendimento ao usuário)	2,0
Modelo operacional	Escopo contemplou elaboração parcial do modelo operacional (no mínimo dois itens entre: Centro de Controle Operacional, Sistema de Gerenciamento Operacional, segurança viária, tráfego, atendimento ao usuário)	1,0
Modelo operacional	Escopo não contemplou elaboração do modelo operacional (Centro de Controle Operacional, Sistema de Gerenciamento Operacional, segurança viária, tráfego, atendimento ao usuário)	0,0

6. CRITÉRIO E

6.1. A Empresa deve elaborar e apresentar um Plano de Trabalho observando as seguintes diretrizes:

6.1.1. Limite de até 20 (vinte) páginas para o documento, não incluindo os anexos;

6.1.2. O documento deve ser apresentado em formato digital (PDF);

6.1.3. O documento deve ser assinado por representante da Empresa.

6.2. O Plano de Trabalho deve ser elaborado de forma objetiva abordando aspectos relacionados ao Projeto, como:

6.2.1. Entendimento da Empresa sobre o Projeto a ser implantado, incluindo análise / diligência sobre temas específicos e relevantes ao Projeto, incorporando aspectos de Gerenciamento (PMO), técnicos/engenharia, econômico-financeiros e jurídicos;

6.2.2. Identificação e proposta de tratamento e solução dos pontos críticos específicos do Projeto (sem incluir pontos críticos genéricos que não estão adequadamente relacionados ao Projeto);

6.2.3. Apresentação do cronograma para desenvolvimento do Projeto, com identificação dos principais marcos de avanço do projeto, prazos para entrega de cada produto,

eventualmente propondo antecipações para as entregas e considerando os prazos para validação de cada produto;

6.3. Para fins de subsídio à elaboração do Plano de Trabalho, em caráter não vinculante, segue um resumo executivo do escopo do projeto:

“O projeto abrange cerca de 1.024 km de rodovias estaduais na Bahia, conectando áreas produtivas às rodovias federais BR-242, BR-020 e BR-135, com papel estratégico na integração regional e interestadual.

A estruturação do projeto deverá considerar as diretrizes federais aplicáveis ao Decreto Federal nº 12.626, de 17 de setembro de 2025, que qualifica, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), a política federal de fomento a parcerias em empreendimentos públicos dos Estados e do Distrito Federal voltados à recuperação e manutenção de rodovias, incorporando princípios de gestão rodoviária por desempenho, segurança viária, eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e resiliência climática. O projeto será concebido como uma iniciativa-piloto para recuperação, manutenção e operação rodoviária por desempenho. Preliminarmente, a modalidade contratual a ser aplicada será de concessão patrocinada ou concessão administrativa, nos termos da Lei nº 11.079/2004, a ser definida com base nos estudos técnicos.”

6.4. Como anexo ao Plano de Trabalho, a Empresa deve enviar:

6.4.1. Anexo 1: Apresentação institucional da empresa, com as informações que julgar relevante à proposta em questão;

6.4.2. Anexo 2: Apresentação dos coordenadores (Econômico-Financeiro, Engenharia/Técnico, Socioambiental e Jurídico) e a equipe que irá atuar no Projeto, incluindo seus papéis e responsabilidades, e a apresentação de um currículo com a formação e experiências de cada profissional.

6.4.3. A equipe deverá apresentar, minimamente, os seguintes profissionais principais:

6.4.3.1. Gerente de Projetos com +5 anos de experiência na estruturação de projetos de Concessão, responsável pelas atividades de PMO (coordenação e/ou gestão do projeto), sendo um diferencial atuação no setor de transporte, em especial rodovias;

6.4.3.2. Engenheiro com +5 anos de experiência na elaboração de estudo de demanda/tráfego para projetos de rodovias;

6.4.3.3. Engenheiro com +5 anos de experiência na elaboração de estudos de engenharia rodoviária e/ou modelo operacional para operação e manutenção rodoviária;

6.4.3.4. Especialista socioambiental, com 5+ anos de experiência em análises socioambientais, sendo um diferencial atuação em projetos de PPP e/ou no setor de transporte, em especial rodovias;

6.4.3.5. Especialista financeiro, com +5 anos de experiência na modelagem econômico-financeira de projetos de Concessão, sendo um diferencial atuação em projetos de PPP e/ou no setor de transporte, em especial rodovias; e

6.4.3.6. Especialista jurídico com +5 anos de experiência em modelagem jurídica e regulatória de projetos de Concessão, sendo um diferencial atuação em projetos

de PPP e/ou no setor de transporte, em especial rodovias.

6.4.4. Será diferencial certificações e formação acadêmica na área de expertise para cada profissional, a citar como exemplo PMP-PMI para Gerente de Projetos.

6.5. Adicionalmente ao Plano de Trabalho, a Empresa deve enviar o Anexo 3.2B - Formulário de Experiências e Habilitações (PMO) devidamente preenchido.

6.6. O Plano de Trabalho será avaliado a partir dos seguintes critérios:

6.6.1. Avaliação do conteúdo apresentado para os temas indicados no item 6.2, incluindo análise técnica e qualitativa considerando sua relevância ao Projeto, verificando a proposição de pontos efetivamente relacionados ao Projeto e não análises genéricas sem um devido entendimento do Projeto;

6.6.2. Avaliação da equipe apresentada conforme item 6.4, incluindo análise da formação, qualificações e experiências dos profissionais, no contexto em que o Projeto está inserido;

6.6.3. Para estas avaliações serão conduzidas análises comparativas entre o Plano de Trabalho e seus anexos, apresentados por cada Empresa/Consórcio participante desta RFP.

7. CRITÉRIO F

7.1. A Empresa será convocada para participar de uma reunião para apresentação do Plano de Trabalho elaborado.

7.1.1. A apresentação deve priorizar os aspectos relacionados ao entendimento e proposição da Empresa sobre o Projeto, evitando análises genéricas e aprofundamentos não relacionados ao Projeto. Não é necessária apresentação institucional da empresa ou dos profissionais, conforme indicado item 6.4, sendo estas informações avaliadas no âmbito do Critério E.

7.1.2. A Empresa terá até 20 (vinte) minutos para realizar sua apresentação;

7.1.3. Na sequência será realizada uma sessão de perguntas e respostas, de até 20 (vinte) minutos, entre a CAT (Comissão de Avaliadores Técnicos) e a equipe da Empresa.

7.1.4. Caso a Empresa apresente proposta tanto para o escopo de PMO, como para o escopo de ESTUDOS, será realizada uma única Apresentação Técnica a ser considerada para ambas as propostas técnicas.

7.2. A Apresentação Técnica será avaliada a partir dos seguintes critérios:

7.2.1. Avaliação do conteúdo apresentado pela Empresa, incluindo análise técnica e qualitativa considerando sua relevância ao Projeto;

7.2.2. Conhecimento técnico apresentado pela equipe durante a apresentação, assim como entendimento quanto ao escopo, desafios e riscos, associados ao Projeto;

7.2.3. Para estas avaliações serão conduzidas análises comparativas entre a Apresentação Técnica das diferentes Empresas/Consórcios participantes desta RFP.